

Nesta Edição:

- CNI participa da XII Conferência das Cidades que discute desafios e perspectivas da política nacional de resíduos sólidos.

CNI participa da XII Conferência das Cidades que discute desafios e perspectivas da política nacional de resíduos sólidos.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Câmara dos Deputados realizou, nos dias 29 e 30/11, a XII Conferência das Cidades. O evento teve a parceria das entidades do Sistema Indústria (CNI). Nesta quarta-feira, a CNI participou de mesa-redonda que tratou dos desafios e perspectivas da implantação da Logística Reversa e da Responsabilidade Compartilhada, instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecida pela Lei 12.305/2010.

Shelley Carneiro, gerente-executivo da Gerência de Meio Ambiente e Sustentabilidade, representou a CNI na Conferência e apresentou o posicionamento da entidade de apoio à PNRS segundo a premissa de implantação com prazos adequados e em etapas participativas, oferecendo segurança jurídica para os diversos atores envolvidos (setor público nas três esferas, entidades do setor privado e organizações da sociedade civil – cooperativas de catadores em particular).

Destacou, ainda, que os custos para o setor produtivo associados à implantação não devem afetar a competitividade da indústria, e que o seu papel de dar destinação final ambientalmente adequada aos resíduos só será possível na medida em que os demais atores cumpram seus papéis na responsabilidade compartilhada para o sucesso da cadeia de logística reversa. Por fim, apresentou alguns dos desafios da implantação da logística reversa, entre eles:

- Desoneração: dar tratamento tributário diferenciado aos materiais reciclados;
- Incentivo à Reciclagem: criar uma política industrial para o setor de reciclagem no país;
- Procedimentos: simplificar e harmonizar entre os entes federativos estaduais os procedimentos de transporte de resíduos pós-consumo, combatendo políticas locais que proíbem o seu trânsito.

A mesa-redonda da qual a CNI participou contou também com apresentações do Ministério das Cidades, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), da Câmara Brasileira da Construção Civil (CBIC), do Compromisso Empresarial para

panel

- **Plenário do Senado aprova regime de urgência para apreciação do Código Florestal.**

O Senado Federal aprovou esta noite o requerimento para que o projeto do novo Código Florestal (PLC 30/2011) seja apreciado em Plenário em regime de urgência. Isso significa que o substitutivo oriundo das comissões de mérito estará na ordem do dia e pronto para votação em Plenário na próxima terça-feira, dia 06 de dezembro.

- **PRS 72/2010 - ICMS Interestadual.**

Aprovados requerimentos na CCJ convidando a participar de audiência pública que debaterá o PRS 72 de 2010 - Alíquota 0% de ICMS interestadual para produtos importados.

O senador Acir Gurgacz (PDT/RO) requereu a participação do deputado Paulo Pereira da Silva (PDT/SP), e o senador Armando Monteiro (PTB/PE) os senhores Clóvis Panzarini - Membro da CP Consultores e Luiz Aubert Neto - presidente da ABIMAQ.

Reciclagem (CEMPRE) e da Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais (ABBAI). A Conferência foi composta de mais três mesas-redondas.

A primeira contou com a participação de juristas e representantes do Ministério Público, Frente Nacional de Prefeitos e Associação de Empresas de Limpeza Pública – ABRELPE, e tratou de aspectos legais da implantação da PNRS.

A segunda, com Prefeitos e especialistas em gestão municipal nacionais e internacionais, tratou de experiências exitosas na gestão de resíduos sólidos urbanos. Por fim, houve a mesa-redonda que tratou da gestão tecnológica e econômica dos resíduos sólidos, com representantes da academia e outros especialistas.